



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DO PARÁ

Renan Nogueira do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

A importância do debate a respeito das políticas de turismo é refletir sobre o real efeito que elas proporcionaram na vida dos cidadãos, além de ser uma forma de pensar se o caminho seguido anteriormente realmente trouxe desenvolvimento a sociedade, sobretudo da região amazônica. Assim, tem-se como objetivo geral, analisar as políticas públicas de turismo na década de 2000 para o Estado do Pará. Tendo por objetivos específicos, identificar as políticas existentes; identificar a ocorrência dessas políticas no estado do Pará.

Então questiona-se as políticas de turismo obtiveram êxito no melhoramento da atividade? Acredita-se que parte dos problemas relacionados a atividade turística foram mitigados, mas sempre será importante a inserção da sociedade na discussão de toda e qualquer política.

Para a abordagem sobre as políticas de turismo no estado do Pará na década de 2000 utilizou-se como procedimentos metodológicos de pesquisa o estudo bibliográfico por meio da revisão de literatura, além da análise documental de políticas de planejamento e fomento do turismo na região o que possibilita a compreensão da evolução das políticas públicas para o turismo no período.

Palavras-chave: Pará. Turismo. Política de Turismo. Pólos Turísticos.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Especialista em Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFPA. Docente do Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer - IFPA. E-mail: renannogue@hotmail.com / renan.nogueira@ifpa.edu.br

POLÍTICAS DE TURISMO NO ESTADO DO PARÁ

A Amazônia por um longo tempo foi vista como uma região isolada e com elevados problemas sociais. Na tentativa de desenvolver essa área, o governo brasileiro começou a pensar formas de planejamento que abarcassem as regiões do território nacional na tentativa de diminuir a disparidades sociais internas. Dessa forma, o planejamento regional foi modelo norteador para potencializar as transformações na região.

Logo a região tornou-se uma prioridade nos planos do país, recebendo atenção especial dos dirigentes governamentais nos campos técnico e político. Sendo amparada inclusive pela Constituição Federal de 1946, Art.199 que “deixava claro que a região Amazônica se convertera em uma preocupação nacional, e que, como tal, deveria ter um tratamento à altura de suas dificuldades e dos esforços do país para promover o desenvolvimento²” D'ARAÚJO (1992 apud CRUZ, 2008).

Em 1953 no governo de Getúlio Vargas, inicia-se o processo de planejamento regional com a intervenção pelo Estado, através da criação da Superintendência para Valorização da Amazônia –SPVEA. Na década de 1960, ocorre a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, após a extinção da superintendência da anterior com objetivos de também planejar e executar planos, programas e projetos de desenvolvimento que pudessem levar a Amazônia aos mesmos parâmetros de desenvolvimento nacional.

Sendo o turismo um dos vetores emanantes do desenvolvimento, surge então na década de 1970 no Pará, a Companhia Paraense de Turismo do Pará – Paratur. Assim, o turismo passa a ser utilizado nos discursos políticos como um caminho para o desenvolvimento regional. A criação da PARATUR propiciou ao andamento turismo no estado, um novo instrumento a fomentar o setor com o desenvolvimento de ações direcionadas à implantação de projetos turísticos, assim como para criar prioridades nos programas dos governantes locais e regionais (CRUZ, 2008).

Uma questão muito importante apontada por Cruz (2008) é o fato de:

Os Planos de Desenvolvimento do Turismo para Amazônia foram criados através de equipes técnicas, sem haver iniciativas de definir os projetos através da ação comunitária, fato que talvez tenha contribuído para o fracasso dos mesmos nas últimas décadas.

² Por desenvolvimento entende-se como: um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a *autonomia* individual e coletiva, conforme discutida por CASTORIADIS (1983, 1986c, 1986d, 1990b apud SOUZA, 1996, p. 9 grifo do autor).

Como nota-se, a falta de inserção comunitária ao longo dos planejamentos sejam a nível federal, estadual ou municipal. Torna os projetos mais suscetíveis ao fracasso, pois não há o debate num nível micro, e não é dada autonomia aos indivíduos de opinarem, se desejam ou não, o projeto que lhes é apresentado. Há apenas uma apresentação formal do que será feito no local com o aporte de termos técnicos muitas vezes inacessíveis a compreensão de muitos residentes. Então como se observa em Souza (1998) se a população local no processo de autonomia, não atinge um grau de compreensão plausível para que saiba o que se passa realmente com o projeto proposto, dificilmente este obterá êxito.

A Amazônia ao longo do século XX, é permeada em sua história de grandes projetos desenvolvimentistas. Porém, com um grande índice de fracasso, deixando as populações do entorno dos empreendimentos em situações degradantes de qualidade de vida.

Nas décadas seguintes 1980 e 1990, a investida estatal no setor turístico é ampliada utilizando, sobretudo o discurso do potencial natural da região para o ecoturismo. Ocorrendo no início dos anos 2000, o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal – PROECOTUR, este alinhado as ações do governo estadual, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do Governo Federal.

Este programa foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em que objetiva-se:

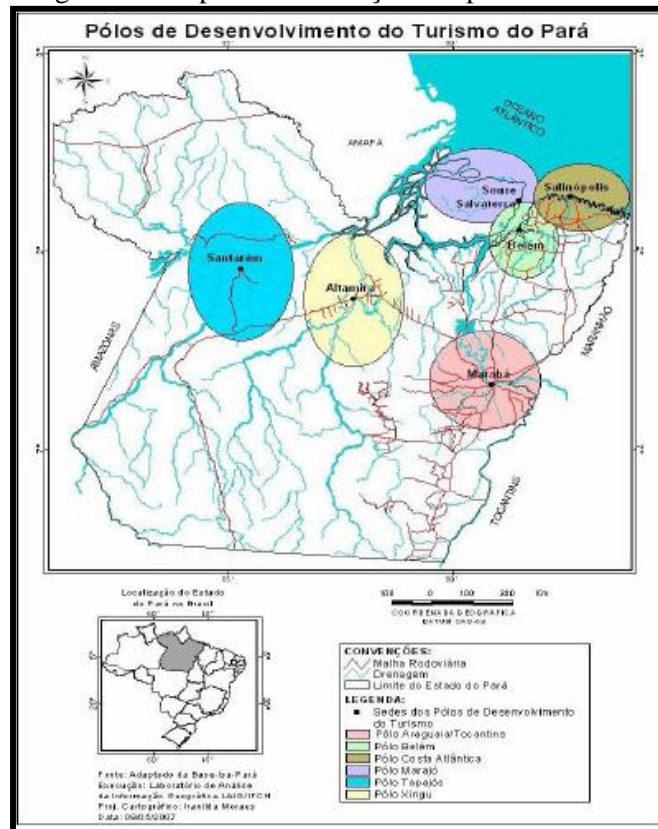
Promover o desenvolvimento sustentável da região Amazônica por meio do ecoturismo estabelecendo diretrizes e meios para sua implementação nos Estados. Maximizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos, de modo a criar empregos, renda e oportunidades de desenvolvimento com atividades que não degradem o meio ambiente, MMA (2002 apud CRUZ, 2008).

O PROECOTUR naquele momento propôs uma nova metodologia de implantação, pois como viu-se os modelos anteriores falharam no momento de sua efetivação. Na sua fase de pré-investimentos necessitava de análises, observando a necessidade do envolvimento comunitário nas decisões estratégicas do programa, o que se revela como uma novidade. Porém, esse projeto falhou ao não alcançar os seus objetivos.

No Pará, constitui-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará – PDTEP, fazendo o ordenamento das diretrizes do uso do território. Este dividiu o estado em cinco pólos: Belém-Costa Atlântica (tempos depois desmembrado), Marajó, Tapajós, Araguaia Tocantins, sendo posteriormente proposto o pólo Xingu, esta forma de divisão também foi aplicada no PROECOTUR. Para o desenvolvimento do programa era necessário eleger pólos prioritários, sendo que dentro dos pólos eram escolhidos os municípios centrais. Pólos prioritários Belém, Marajó (Municípios Soure e Salvaterra) e Tapajós (Santarém e Belterra).

Estes foram escolhidos por serem tidos como municípios indutores do turismo, e a partir destes o turismo iria se irradiar para os demais.

Figura 01: Mapa de Localização dos pólos turísticos.



Fonte: Hugo Hage Serra, 2006.

Na década de 2000 o PROECOTUR é substituído pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), no qual objetiva viabilizar projetos nas áreas de infraestrutura, comercialização, promoção do destino turístico e gestão ambiental para os pólos prioritários para o turismo. Assim, de acordo com o Boletim do Turismo do Estado do Pará (2018) o estado recebeu aportes do Ministério do Turismo até o ano de 2010 no valor de R\$ 224.126.264,74 e até o ano de 2016 os aportes totalizam R\$276.366.346,32. Os valores aportados evidenciam a importância da participação da sociedade civil como um todo, pois a não efetivação dessas políticas penalizam tanto a região, quanto a comunidade local.

Estas políticas ao longo desses anos fracassaram na maioria das vezes por não inserirem de fato a população local, não mostram claramente que benefícios esse desenvolvimento irá proporcionar, além de não levarem em consideração na maior parte das vezes a opinião da sociedade local. Como Souza (1998) observou, o grau de compreensão de como se projeta o desenvolvimento para os moradores locais, é de suma importância, pois sem o apoio deles inúmeros podem não vir a obter o êxito esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário para o turismo na década de 2000 foi bem mais favorável, tendo em vista a criação do ministério específico para tratar do assunto em âmbito nacional, além das possibilidades que se avistavam do Brasil sediar grandes eventos de cunho internacional. O que projetou uma visibilidade do país de maneira global e para isso precisou efetivar ações voltadas para o planejamento e gestão da atividade turística.

O planejamento do turismo nesse momento vem com a visão da sustentabilidade ambiental e inclusão social, pois buscou-se integrar os diversos setores da sociedade, principalmente as comunidades tradicionais que muitas vezes não estavam inclusas nas políticas públicas.

Além disso, vale ressaltar a importância da efetiva participação e vigilância da sociedade ao que diz respeito ao bem público, pois como observou-se o Ministério do Turismo implantou políticas a partir dos programas PROECOTUR e PRODETUR o qual aportou enorme valor financeiro para investir na atividade turística, seja para infraestrutura, qualificação do produto turístico entre outros. A nível estadual o PDTEP, organizou os territórios que seriam prioritários para o fomento da atividade turística. Porém, ainda assim a atividade ainda tem muitos problemas seja em relação a infraestrutura e receptivo local, sobretudo no estado do Pará onde os deslocamentos são difíceis.

Quanto aos municípios escolhidos como pólos para o turismo do estado não ocorreu de fato a irradiação da atividade para os municípios vizinhos, principalmente em função da infraestrutura de ligação entre os municípios serem deficitárias e os recursos financeiros para o turismo serem concentrados nos pólos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, S. H.R. **Ecoturismo e desenvolvimento: análise do programa nacional de desenvolvimento do ecoturismo – proecotur no pólo marajó/PA**. NAEA/UFPA.2008.

PARÁ, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Fapespa. **Boletim do Turismo do Estado do Pará**. 3ª ed. 2018.

SOUZA, Marcelo L. de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica**, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**. N° 1, 1996.

_____. **Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um "conceito" –problema**. **Revista Território**. ano III, n° 5, jul./dez. 1998